



Espaço aberto no teto de gastos pela PEC da Transição já foi totalmente consumido durante a tramitação do Orçamento de 2023, diz IFI

Instituição Fiscal Independente atualiza projeções para inflação, taxa de juros, dívida pública, teto de gastos e outros indicadores

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (14) o Relatório de Acompanhamento Fiscal do mês de dezembro, com uma atualização dos principais indicadores e um comentário sobre a proposta final para o Orçamento de 2023.

PEC da Transição

A PEC da Transição abre um espaço de R\$ 169,1 bilhões no teto de gastos. Porém, esse valor já está sendo integralmente consumido ainda durante a tramitação do Orçamento. De acordo com o relatório final do PLOA 2023, R\$ 162,0 bilhões (95,8%) foram reservados para atender as os pedidos da equipe de transição, R\$ 7,0 bilhões foram distribuídos em emendas coletivas pelo relator-geral e um resíduo de apenas R\$ 83,5 milhões não recebeu dotação orçamentária, podendo ser considerado o espaço existente no teto para a execução orçamentária de 2023.

Execução do Orçamento de 2022

Após a avaliação do quinto bimestre, a projeção do Poder Executivo para o superavit primário se manteve em R\$ 23,4 bilhões, significativamente superior à meta do ano para o governo central. A projeção oficial divulgada no final de novembro destoa da meta de deficit fiscal de R\$ 170,5 bilhões previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano.

Entretanto, o superavit não traz alívio para a execução orçamentária devido ao ajuste necessário para cumprimento do teto de gastos. As despesas primárias projetadas no Relatório de Avaliação das Receitas e Despesas do governo central do quinto bimestre foram de R\$ 1.832,1 bilhões, porém o decreto de programação orçamentária e financeira, publicado após a avaliação bimestral, autorizou despesas primárias no montante de R\$ 1.816,7 bilhões, isto é, R\$ 15,4 bilhões a menos que o evidenciado no relatório bimestral.

Cenário macroeconômico

A revisão das séries históricas das Contas Nacionais Anuais, divulgada pelo IBGE em novembro, motivou o ajuste na previsão de crescimento do PIB de 2022, de 2,6% para 3,0%. Para 2023, a IFI mantém a projeção crescimento em 0,9%, em vista da desaceleração esperada da economia doméstica, motivada pelos efeitos restritivos da política monetária sobre a demanda interna e pela moderação do crescimento global.

A taxa de inflação medida pelo IPCA deve atingir 5,8% em 2022. Em 2023, deve desacelerar para 4,7%, sob as hipóteses de manutenção das desonerações de impostos federais (PIS/Cofins e Cide) sobre combustíveis, da relativa estabilidade da taxa de câmbio nominal (R\$/US\$ 5,15 em 2022 e R\$/US\$ 5,23 em 2023), do retorno gradual dos preços de commodities à média histórica e do enfraquecimento da atividade econômica doméstica. Ainda assim, a projeção se mantém acima da meta de 3,25% fixada para o próximo ano.

Dívida pública

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) recuou de 75,3% do PIB (R\$ 7.262,4 bilhões) em setembro para 75,0% do PIB (R\$ 7.297,9 bilhões) em outubro, já considerando a série do PIB mensal do Banco Central recalculada pela IFI, que considera as revisões feitas pelo IBGE nas contas nacionais trimestrais.

De acordo com o Banco Central, a queda na DBGG em outubro foi influenciada pelo aumento do PIB nominal e pelos resgates líquidos de dívida, parcialmente compensados pela apropriação de juros nominais. Esse padrão tem se mantido ao longo de 2022. A nova projeção da IFI considera que a dívida bruta deverá fechar o ano em 74,5% do PIB, aumentando para 77,2% do PIB em 2023.

A partir das novas projeções da dívida, a IFI estima que, para estabilizar a DBGG em 74,5% do PIB em 2023, seria necessário um resultado primário de 2,4% do PIB, considerando uma taxa real de juros implícita da dívida bruta em 4,1% e crescimento real da economia de 0,9%. Para o período de 2023 a 2031, a IFI prevê crescimento real médio da economia de 1,9% e juros reais implícitos da dívida de 3,9% a.a., o que resultaria em um primário requerido de 1,5% do PIB para estabilizar a dívida bruta.

Resultado primário

Projeção da IFI para o superavit primário do governo central em 2022 recuou de 0,8% do PIB para 0,7% do PIB. No acumulado dos últimos 12 meses até novembro, o governo central apresentou superavit primário de R\$ 64,6 bilhões (0,7% do PIB). Para este ano, a IFI passou a projetar superavit de R\$ 68,6 bilhões (0,7% do PIB) no cenário base, ante R\$ 74,1 bilhões (0,8% do PIB) estimados em novembro. Para 2023, porém, a projeção é de um deficit de R\$ 88,6 bilhões (0,8% do PIB), inferior aos R\$ 96,6 bilhões (0,9% do PIB) projetados no RAF de novembro.

A desaceleração esperada na atividade econômica doméstica e externa nos próximos meses devido à política monetária mais apertada representa um risco para a trajetória das receitas, especialmente a partir de 2023. Pelo lado da despesa, a prorrogação do benefício adicional do Auxílio Brasil no valor médio de R\$ 600 mensais por família e outras despesas pretendidas com o espaço fiscal a ser aberto com a PEC da Transição representam um risco, tendo em vista a ausência de espaço no teto de gastos da União para a execução dessas despesas. A forma como esses gastos serão acomodados pode influenciar a credibilidade do regime fiscal do país.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia, receitas e despesas públicas, e o ciclo orçamentário. Duas vezes por ano, o relatório também traz atualizações das projeções macrofiscais da IFI para os próximos anos, na forma de cenários base, otimista e pessimista. Esses cenários são simulados pela instituição a partir de pressupostos para os parâmetros orçamentários, incluindo o PIB, a inflação e a taxa de juros. Como resultado, são apresentadas trajetórias para os indicadores fiscais, como o resultado primário e a dívida bruta. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>